

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS –
FINEP INSTRUMENTO CONTRATUAL CÓDIGO N.º.

| | | | | |
|---|---|----|------|----|
| 2 | 0 | 18 | 0009 | 00 |
|---|---|----|------|----|

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS -
FINEP E RIOOFFSITE SERVIÇOS DE
FITOTECA LTDA.**

Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, com sede em Brasília/DF, e serviços nesta cidade, à Av. República do Chile, nº 330, Torre Oeste – Centro, Edifício Ventura, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 33.749.086/0001-09, doravante denominada **Finep** e **Riooffsite**, com sede no Rio de Janeiro, na Rua Comandante Vergueiro da Cruz, n.º 119, Olaria, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 08.794.730/0001-13, doravante denominada **Contratada**, por seus representantes legais, ao final identificados, firmam o presente Contrato nos termos da legislação vigente – Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Instrução Normativa MP nº 05/2017, e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, com base na homologação de fls. 338 do processo de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 03/2018** e acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de guarda de rolos originais de microfílm e fitas de backup LTO's, com previsão de crescimento.

CLÁUSULA SEGUNDA: ESPECIFICAÇÕES

- 2.1. O objeto deste instrumento obedecerá rigorosamente às Especificações da **Finep** constantes do Termo de Referência do Edital nº **03/2018** e da Proposta de Preços de 23 de Janeiro de 2018 da **Contratada**, no que não colidir com o presente instrumento, constituindo estes, anexos a este Contrato.
- 2.1.1. Qualquer alteração que se demonstre necessária durante a execução deste Contrato deverá ser previamente aprovada pela **Finep**, por escrito.

CLÁUSULA TERCEIRA: VALOR

- 3.1. O valor total deste contrato é de até R\$ 137.413,20 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e treze reais e vinte centavos), com observância dos valores unitários conforme tabela abaixo:
- 3.2. Estão incluídos no preço acima, o lucro, o ISS, e todos os custos necessários que venham incidir à perfeita execução do objeto deste Contrato, inclusive despesas com fretes, transportes, embalagens, taxas, impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, inclusive o ISS, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e financeiras de qualquer natureza, e quaisquer seguros incidentes ou que venham a incidir à prestação dos serviços.

| Itens | Descrição de serviços | Quant. mensal projetada | Valor unitário | Valor anual |
|-----------------------------|---|-------------------------|----------------|----------------|
| 1 | Custódia de microfilmes originais de 16mm | 17.367 | R\$ 0,62 | R\$ 129.210,48 |
| 2 | Custódia de fitas LTO | 1.242 | R\$ 0,28 | R\$ 4.173,12 |
| 3 | Movimentação normal - rolos e fitas | 93 | R\$ 1,00 | R\$ 1.116,00 |
| 4 | Movimentação emergencial – rolos e fitas | 20 | R\$ 4,00 | R\$ 960,00 |
| 5 | Transporte normal (nº de vezes de recolhimento e/ou entrega) | 2 | R\$ 32,90 | R\$ 789,60 |
| 6 | Transporte emergencial (nº de vezes de recolhimento e/ou entrega) | 1 | R\$ 97,00 | R\$ 1.164,00 |
| Valor total global estimado | | | | R\$ 137.413,20 |

CLÁUSULA QUARTA: PRAZO

- 4.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais períodos, até o limite previsto no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.
- 4.2. Até 120 (cento e vinte) dias antes do término de cada período de vigência contratual, cabe a **Contratada** comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito, o seu propósito de não prorrogar a vigência por um novo período.
- 4.3. Caso a **Contratada** se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar, nos termos da Cláusula acima, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula de PENALIDADES deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 5.1. Será apresentada garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, equivalente ao montante de R\$ 6.870,66 (seis mil, oitocentos e setenta reais e sessenta e seis centavos).
- 5.2. A garantia terá validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, sendo-lhe devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais, devendo ser renovada a cada prorrogação, em cada uma das seguintes modalidades:
 - a) Caução em dinheiro, que deverá ser depositada no Banco do Brasil-001, agência 2234-9 - conta corrente nº 8681-9, CNPJ nº 33.749.086/0001-09, ou em títulos da dívida pública;
 - b) Seguro-garantia;
 - c) Fiança bancária.

- 5.3. A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da **Finep**, contados da data de assinatura deste Instrumento Contratual.
- 5.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 5.3.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à **Contratada**, até o limite do valor da constituição de garantia.
- 5.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - b) prejuízos diretos causados à **Finep** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela **Finep** à **Contratada**; e
 - d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **Contratada**, quando couber.
- 5.5. O depósito de garantia da execução contratual deverá obedecer ao seguinte:
- a) A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia deverá ter prazo de validade que abranja todo prazo de execução do Contrato mais os 90 (noventa) dias subsequentes e deverá ser acompanhada por documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice;
 - a.1) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 5.4, observada a legislação que rege a matéria;
 - b) Se a garantia ofertada for a fiança bancária, deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem e se obrigar em solidariedade, nos termos dos artigos 827 e 838 do Código Civil em vigor. A carta de fiança deverá ser acompanhada por documento que ateste o poder de representação de seu signatário.
- 5.6. Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a **Contratada** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **Finep**.
- 5.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 5.8. Será considerada extinta a garantia:
- 5.8.1. Com o término da vigência da apólice, devolução da carta fiança ou devolução da caução depositada, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a **Contratada** cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 5.8.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.
- 5.9. Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE acumulado do período.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 6.1. São obrigações da **Contratada**, além de todas as condições previstas também no Termo de Referência, no Edital do **Pregão nº 03/2018** e leis vigentes, respeitando-se a especificidade do serviço ora contratado:
- a) obter todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos por lei, quando for o caso;
 - b) designar encarregado responsável para representá-la na execução do Contrato, que deverá ser o elemento de contato entre a **Contratada** e a **Finep**;
 - b.1) cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o fiscal do contrato designado pela **Finep**, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
 - c) utilizar pessoal selecionado e de comprovada competência técnica e bom comportamento, que deverá obedecer às normas internas da **Finep**, mormente ao que se refere às normas de ética, segurança e saúde;
 - d) afastar ou substituir, a seu critério ou por recomendação da **Finep**, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução deste Contrato, por ineficiência, má conduta em relação aos dirigentes, empregados da Finep ou terceiros;
 - e) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato;
 - f) arcar com as despesas decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, tais como seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público ou em Convenção Coletiva resultantes da execução do Contrato;
 - g) prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela **Finep**, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
 - h) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para celebração do presente instrumento, devendo comunicar à **Finep** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
 - i) observar as normas condominiais e da **Finep** na execução dos serviços e na circulação e permanência no prédio;
 - j) observar que os dados bancários, informados na Declaração de Endereço Eletrônico e Dados Bancários – **Anexo III** do Edital, devem estar vinculados ao seu CNPJ e, na hipótese de alteração dos mesmos, a **Finep** deverá ser oficialmente informada, respeitando-se, no entanto, que a conta corrente deve estar em nome da **Contratada**;
 - k) responsabilizar-se pela divulgação de qualquer informação sobre a **Finep** e os projetos por esta financiados que seus empregados venham a ter acesso, direta, indireta ou mesmo acidentalmente, em virtude do serviço prestado;
 - l) responsabilizar-se pela perfeita execução deste Contrato, obrigando-se a executá-lo com a observância de todas as normas legais, regulamentares, técnicas e éticas que envolvam execução, realização e aquisição de bens e serviços inerentes ao mesmo;
 - n) providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando à **Finep**, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a **Contratada**, quando optante do SIMPLES:
 - n.1) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - n.2) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006.
 - o) não subcontratar, total ou parcialmente, outra empresa para a execução dos serviços referentes ao objeto deste Contrato.

- 6.2. São obrigações da **Finep**:
- a) efetuar os pagamentos devidos à Contratada dentro dos prazos previstos neste instrumento desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste instrumento;
 - b) designar fiscal, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, sendo o elemento de ligação entre as partes;
 - c) comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 7.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da Finep devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.
- 7.1.1. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao representante da Finep designado para a fiscalização do contrato.
 - 7.1.2. O exercício da fiscalização pela **Finep**, indicado no subitem anterior não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da **Contratada**.
- 7.2. À **Finep** fica desde já assegurado o direito de:
- a) solicitar à **Contratada** o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta em relação aos dirigentes, empregados da **Finep** ou terceiros;
 - b) determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
 - c) rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
 - d) impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais; e
 - e) ordenar a suspensão da execução do objeto ora contratado, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a **Contratada** e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção na execução do objeto.
- 7.3. Quaisquer esclarecimentos solicitados pela **Finep** deverão ser prestados imediatamente, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

CLÁUSULA OITAVA: RECEBIMENTO

- 8.1. O objeto será recebido provisoriamente, quando do recebimento do documento fiscal. Quando verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:
- a) a **Contratada** será convocada a efetuá-los, às suas expensas, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de convocação. A concessão de prazo para ajustes, correções e/ou substituições não impede a instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade;
 - b) a não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado, total ou parcialmente, podendo ser instaurado procedimento de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.
- 8.2. A partir do recebimento provisório, a Finep efetuará a verificação do atendimento das especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus Anexos, recebendo definitivamente o objeto através de atesto na Nota Fiscal.

- 8.3. O recebimento definitivo:
- a) constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado; e
 - b) não exclui a responsabilidade da **Contratada** por vícios revelados posteriormente ou pela garantia dos materiais entregues.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. Pelo objeto descrito nas cláusulas primeira e segunda deste instrumento, a **Finep** realizará o pagamento à **Contratada**, na forma e no prazo estipulados no item 9.3 desta Cláusula, respeitado o limite total de até R\$ 137.413,20 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e treze reais e vinte centavos), constante da Proposta de Preços da **Contratada**.
- 9.2. Para efeito de cobrança de valores contratuais, a **Contratada** deverá emitir Nota Fiscal em nome da **Finep** Rio de Janeiro, CNPJ nº 33.749.086/0002-90, encaminhando-a com a discriminação das importâncias devidas.
- 9.2.1. Nos estados onde já estejam implantadas a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, esta será obrigatória, para a finalidade de que dispõe o subitem 9.2, acima.
- 9.3. Uma vez recebida a nota fiscal discriminativa, acompanhada, se for o caso, de documentos acessórios, a **Finep** providenciará sua aferição e, constatado o cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados após o ateste da prestação do serviço emitido pelo fiscal da **Finep**, para o qual será observado o cumprimento do disposto no Termo de Referência.
- 9.3.1. A **Finep** fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP a que se refere o art. 34 da Lei nº 10.833/03, regulado pela Instrução Normativa nº 1.234/12/RFB e suas alterações e do ISS na forma da legislação pertinente e ainda as retenções previdenciárias obrigatórias na forma da Lei, quando for o caso.
- 9.3.2. Fica a **Contratada** ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, quando assim couber, obedecendo ao disposto na Instrução Normativa nº 1.234/12/RFB e suas alterações. A Declaração deverá ser apresentada no ato da entrega da Nota Fiscal, no modelo disposto no Anexo IV da referida IN.
- 9.3.3. As entidades beneficentes de assistência social previstas nos incisos III e IV do caput do art. 4º da IN 1.234/12/RFB que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social deverão apresentar, juntamente com a declaração de que trata o caput do art. 6º da referida IN, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), expedido pelos Ministérios das respectivas áreas de atuação da entidade, na forma estabelecida pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.
- 9.4. Caso sejam verificadas divergências, a **Finep** devolverá o documento fiscal à **Contratada** ou solicitará a emissão de novo documento fiscal, sendo admitida a carta de correção quando cabível.
- 9.5. Antes de cada pagamento à **Contratada**, será verificada a regularidade fiscal e trabalhista, bem como o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, para comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.5.1. Constatando-se a situação de irregularidade da **Contratada**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 9.5.2. Havendo circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará

sobrestado até que a **Contratada** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 9.6. O pagamento será efetuado através de ordem bancária com depósito na conta corrente n.º 17444-8, Banco Itaú (341), agência 0417, cujo comprovante servirá como recibo de quitação.
- 9.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO

- 10.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da **Finep**, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: REAJUSTE

- 11.1. Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o valor consignado neste Instrumento poderá ser reajustado, visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, competindo à **Contratada** solicitar o reajuste para análise e posterior aprovação da **Finep**, na forma apresentada nos subitens desta cláusula.
- 11.1.1. Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.
- 11.2. Para o primeiro reajuste, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de apresentação da proposta.
- 11.2.1. Para os reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data de aniversário da apresentação da proposta.
- 11.3. O prazo para a **Contratada** solicitar reajuste deve ser 30 dias antes da data da eventual prorrogação contratual ou término do contrato.
- 11.4. Caso a **Contratada** não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.
- 11.5. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a data do aniversário da proposta;
 - b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuras.
- 11.6. Os efeitos financeiros do reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que o motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 11.7. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

- 12.1. O atraso ou a abstenção pela **Finep** do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente Contrato, bem como a eventual tolerância com atrasos no cumprimento das obrigações assumidas pela **Contratada**, não implicarão em novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo da **Finep**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: PENALIDADES

- 13.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, inclusive por falha ou fraude na execução do mesmo e ainda pelo descumprimento de qualquer prazo e/ou obrigações estipuladas no Termo de Referência e neste Instrumento pela **Finep**, esta poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **Contratada** as seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal que couber:
- a) Advertência.
 - b) Multa:
 - b.1) contratual: de até 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;
 - b.2) moratória: de até 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato, aplicável no atraso das providências requeridas pela **Finep**.
 - b.3) moratória: de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato, observado o máximo de 2% (dois por cento), por dia de atraso na prestação da garantia contratual.
 - c) Rescisão.
 - d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 13.2. A **Contratada** não incorrerá na sanção referida nos itens b.2 e b.3 caso ocorram prorrogações compensatórias formalmente concedidas pela **Finep**, devidas a comprovado impedimento na execução das obrigações.
- 13.3. As sanções previstas nos itens a e d poderão ser aplicadas juntamente com a do item b, facultada a defesa prévia da **Contratada**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 13.4. Além da imediata rescisão, a sanção prevista no item d poderá também ser aplicada à **Contratada** caso:
- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação que originou este Contrato;
 - c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a **Finep** em virtude de atos ilícitos praticados.

- 13.5. A cobrança da multa será feita na forma da lei, podendo ser descontada da garantia, se houver, após regular processo administrativo.
- 13.5.1. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **Finep** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 13.5.2. O prazo para pagamento da multa aplicada pela Finep não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: RESCISÃO

- 14.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:
- a) por mútuo acordo entre as partes, mediante aviso prévio por escrito de 30 (trinta) dias;
- b) de acordo com o disposto nos artigos 77, 78 e 79, da Lei nº 8.666/93, reconhecidos os direitos da **Finep**, em caso de rescisão administrativa;
- c) por via judicial, nos termos da legislação.
- 14.1.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **Contratada**, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: VEDAÇÕES

- 15.1. É vedado à **Contratada**:
- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **Finep**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: ANTINEPOTISMO

- 16.1. Os administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem o quadro técnico empregado na execução do serviço, não podem possuir familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) detentor de cargo comissionado ou função de confiança na **Finep**, em atendimento ao Decreto 7.203/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: VINCULAÇÃO DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 17.1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 03/2018, bem como à proposta da **Contratada**.
- 17.2. Aplica-se ao presente Contrato a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Instrução Normativa MP nº 05/2017, e aos casos omissos as disposições do Código Civil Brasileiro e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: FORO

- 18.1. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes, podendo a **Finep** optar pelo foro de sua sede.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.


Rio de Janeiro, *21 de março de 2018*

PELA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP



Ronaldo S. Camargo
Diretor
Diretoria Financeira, de Crédito
e Captação


PELA RIOOFFSITE SERVIÇOS DE FITOTECA LTDA.



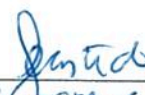
Nome: Francisco Jorge Neiva Ramos
CPF: Gerente Comercial
ID 04885572-0
CPF: 586.568.637-20

Nome:
CPF:

TESTEMUNHAS:



Nome: Juliana Cruzeiro Tranjan
CPF: 093.041.897-04
ID: 10915413 - 8 DETRAN - RJ



Nome: Simone C. Nascimento
CPF: 056 870 857 - 18



07. Valor Global: R\$ 8.791,34 (Oito mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e quatro centavos); Data da Aprovação: 15/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

Dispensa de Licitação nº 18000029/2018; Objeto: Serviço de fornecimento de Água e Esgoto para as unidades da Superintendência Estadual de Operações São Paulo Interior; Contratada: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos CNPJ 44.844.005/0001-50; Valor Global: R\$ 7.033,08 (Sete mil, trinta e três reais e oito centavos); Data da Aprovação: 15/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

Dispensa de Licitação nº 18000019/2018; Objeto: Serviço de fornecimento de Água e Esgoto para as unidades da Superintendência Estadual de Operações São Paulo Interior; Contratada: CODEN Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa CNPJ 48.832.395/0001-59; Valor Global: R\$ 10.549,61 (Dez mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos); Data da Aprovação: 15/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

Dispensa de Licitação nº 18000020/2018; Objeto: Serviço de fornecimento de Água e Esgoto para as unidades da Superintendência Estadual de Operações São Paulo Interior; Contratada: SAAE - Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Olímpia - DAE/MA Ambiental CNPJ 46.933.016/0001-58; Valor Global: R\$ 17.724,21 (Dezessete mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos); Data da Aprovação: 15/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

Dispensa de Licitação nº 18000021/2018; Objeto: Serviço de fornecimento de Água e Esgoto para as unidades da Superintendência Estadual de Operações São Paulo Interior; Contratada: DAERP - Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto CNPJ 86.022.858/0001-01; Valor Global: R\$ 1.011.746,40 (Um milhão, setecentos e onze mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos); Data da Aprovação: 16/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

Dispensa de Licitação nº 18000022/2018; Objeto: Serviço de fornecimento de Água e Esgoto para as unidades da Superintendência Estadual de Operações São Paulo Interior; Contratada: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Garça CNPJ 48.211.262/0001-24; Valor Global: R\$ 9.846,31 (Nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos); Data da Aprovação: 16/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

Dispensa de Licitação nº 18000024/2018; Objeto: Serviço de fornecimento de Água e Esgoto para as unidades da Superintendência Estadual de Operações São Paulo Interior; Contratada: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo CNPJ 43.467.992/0001-74; Valor Global: R\$ 14.727,33 (Quatorze mil, setecentos e vinte e sete reais e três centavos); Data da Aprovação: 19/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

Dispensa de Licitação nº 18000025/2018; Objeto: Serviço de fornecimento de Água e Esgoto para as unidades da Superintendência Estadual de Operações São Paulo Interior; Contratada: SAAEC - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquinhos CNPJ 59.797.752/0001-01; Valor Global: R\$ 11.602,85 (Onze mil, seiscentos e dois reais e oitenta e cinco centavos); Data da Aprovação: 16/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

Dispensa de Licitação nº 18000026/2018; Objeto: Serviço de fornecimento de Água e Esgoto para as unidades da Superintendência Estadual de Operações São Paulo Interior; Contratada: DAL - Divisão de Água e Esgoto da Prefeitura Municipal de Orlandópolis CNPJ 45.351.749/0001-11; Valor Global: R\$ 24.545,56 (Vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos); Data da Aprovação: 19/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

Dispensa de Licitação nº 18000027/2018; Objeto: Serviço de fornecimento de Água e Esgoto para as unidades da Superintendência Estadual de Operações São Paulo Interior; Contratada: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cândido Mota CNPJ 45.959.954/0001-04; Valor Global: R\$ 2.856,21 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos); Data da Aprovação: 19/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

Dispensa de Licitação nº 18000028/2018; Objeto: Serviço de fornecimento de Água e Esgoto para as unidades da Superintendência Estadual de Operações São Paulo Interior; Contratada: SAEC - Superintendência de Água e Esgoto de Chavantes CNPJ 11.668.146/0001-26; Valor Global: R\$ 5.841,35 (Cinco mil, oitocentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos); Data da Aprovação: 19/03/2018; Enquadramento Legal: Dispensa de Licitação Art. 29, Inciso X, Lei 13.303/16.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 2534; Espécie: Extrato de contrato de prestação de serviço; Procedimento licitatório: Pregão 06/2018; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Rioflite Serviços De Fioteca LTDA, CNPJ nº 08.794.730/0001-13; Contrato nº: 2018.0009/00; O objeto do presente é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de guarda de rolos de microfílm e fitas de backup LTO's, com previsão de crescimento; O valor global do contrato é de até R\$ 137.413,20 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e treze reais e vinte centavos); Assinatura em 23/03/2018.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITARIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, DE 23 DE MARÇO DE 2018

A Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR a (s) entidade (s) abaixo relacionada (s), por se encontrar (em) em lugar incerto e não sabido ou, sem possibilidade de entrega de correspondências, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, para apresentação dos documentos e/ou esclarecimentos solicitados nos efeitos relacionados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação da (s) entidade (s) implicará a inabilitação da entidade e o consequente arquivamento do processo. A documentação deverá ser remetida ao: http://www.mec.gov.br/mecre/openups/comunicacao/processo_eletronico.html ou a Secretaria de Radiodifusão, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3o Andar - Ala Oeste A/CEP 70044-900 - Brasília - DF.

| UF - LOCALIDADE | Nº DO PROCESSO | NOME DA ENTIDADE | Nº DO OFÍCIO E DATA | MOTIVO DA DEVOLUÇÃO |
|-------------------|----------------------|---|--------------------------|---------------------|
| PA - Brejo Branco | 53900.037955/2016-19 | Associação Comunitária Cultural de Brejo Branco | 32491/2017 de 25/07/2017 | DESCONHECIDO |

AVISO

A Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária decide tornar sem efeito a notificação publicada no Diário Oficial da União em 16 de fevereiro de 2018 (Seção 3, Página 8) na qual o processo tramita sob o nº 53000.058347/2013-31, e intimada a se manifestar acerca do Ofício nº 51259/2017, devolvido pelos Correios pelo seguinte motivo: não procurado; e "Associação Comunitária Radiodifusão FM Integrada Arte Cultural Central Agudos do Sul" cujo processo tramita sob o nº 53000.0001198/2011-78, e intimada a se manifestar acerca do Ofício nº 46777/2017, devolvido pelos Correios pelo seguinte motivo: não existe o número indicado.

INALDA CELINA MADIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.m.gov.br> autenticidade ltrn.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 01.14.0132.02; Data de Assinatura: 23/03/2018; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação - FACTI, CNPJ nº 02.939.127/0001-04; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 22/12/2018; Prazo de Prestação de Contas: 20/2/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 01.12.0097.03; Data de Assinatura: 23/03/2018; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCP/C, CNPJ nº 05.530.456/0001-02; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 27/9/2018; Prazo de Prestação de Contas: 20/11/2018.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2018

O Pregoeiro torna público que, em 23 de março de 2018, o superintendente da Área de Logística da Finep homologou os procedimentos de licitação cujo objeto é a contratação de empresa de telecomunicações especializada na prestação de serviços de manutenção da central telefônica da marca Alcatel-Lucent, modelo Omni PCX Enterprise, seus sistemas telefônicos e equipamentos, da Finep do Rio de Janeiro, tendo o objeto sido adjudicado a favor da Neware Telecomunicações e Informática Ltda, pelo valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

PEDRO MENCKES

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 101/2018 - UASG 240114

Nº Processo: 01201000607201888; Objeto: Aquisição de fertilizantes químicos e orgânicos para uso em pesquisas no INSA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico. Total de Itens Licitados: 00003; Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21.06.1993; Justificativa: O valor fica abaixo de R\$8.000,00. Foi realizada uma cotação eletrônica,deu deserto,por isso está sendo feito uma dispensa Declaração de Dispensa em 22/03/2018. EVLERALDO GOMES DA SILVA, Ordenador de Despesas, Ratificação em 22/03/2018. SALOMAO DE SOUSA MEDEIROS, Diretor, Valor Global: R\$ 3.689,00. CNPJ CONTRATADA: 35.574.151/0001-38 CASA DA AGRICULTURA LTDA.

(SÍDEC - 23/03/2018) 240114-00001-2018NE800001

INALDA CELINA MADIO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 853939/2017

Espécie: Convênio SICONV nº 853939/2017; Processo: 01250.054976/2017-70; Concedente: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - MCTIC Unidade Gestora: 240115; Gestão: 06001; Conveniente: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ-FAPEPI, CNPJ nº 00.422.744/0001-02; "Elaboração e implementação inicial do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Piauí", conforme detalhado no Plano de Trabalho. Valor Total: R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais). Crédito Orcamentario: PTRES: 090523; Fonte Recurso: 0100; ND: 333041; Número de Empenho: 2017NE000608; Vigência: 29/12/2017 a 29/12/2019; Data de Assinatura: 29/12/2017; Signatários: Concedente: ALVARO TOLHES PRATA, CPF: 145.041.381-15; Conveniente: FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO, CPF: 105.785.903-53.